

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
ALTERNATIVA OU EUFEMISMO?

Paula Brügger

Universidade Federal de Santa Catarina

A questão ambiental tornou-se um foco de atenção e de modismos, sem precedentes históricos, sobretudo a partir da década de 1980. Não é objetivo deste artigo descrever ou discutir a legitimidade dos prognósticos apocalípticos do século XX embora, em que pesem os exageros, o *Homo sapiens* industrial vem, de fato, gerenciando de maneira desastrosa o seu meio ambiente¹, sob diversos aspectos.

Embora preocupações conservacionistas, sob a forma de focos isolados, já existam desde tempos imemoriais, é certamente durante a década de 1960, que emerge de forma global o movimento ecológico como uma possível resposta aos problemas, também globais, do meio ambiente. Mas o aparecimento do movimento ecológico, enquanto movimento social, não emergiu unicamente em consequência de uma preocupação com o “nosso futuro comum” na espaçonave Terra.

O chamado “movimento ecológico” surgiu dos mais diversos setores sociais, muitos dos quais representavam de fato os anseios populares de um meio ambiente mais equilibrado e socialmente justo. No entanto o Estado, respondendo a pressões internacionais, tratou de criar instituições para gerir o meio ambiente, a fim de viabilizar a entrada de investimentos estrangeiros que só seriam liberados caso fossem cumpridas certas exigências quanto a “preservação” do meio ambiente. É preciso deixar claro que, em tais instituições, apesar de

haver técnicos efetivamente preocupados com as condições de vida, o que costuma prevalecer é a política global de atração de investimentos. Assim, de diferentes setores sociais, surgem teorias e práticas ecológicas, divergentes na sua origem, formando um suposto todo chamado “movimento ecológico” que, na realidade, mais se assemelha a uma quimera².

Tão “quimérico” quanto o movimento ecológico, o termo “desenvolvimento sustentável” tem sido reivindicado por diferentes setores sociais como forma de minimizar ou mesmo remediar a atual crise ambiental planetária. Apesar de já ser conhecida desde pelo menos o início dos anos '80, essa expressão surgiu com grande peso a partir do *Relatório Brundtland* ou, “O Nosso Futuro Comum”, em 1987. Para que possamos, no entanto, nos posicionar criticamente diante dessa nova fórmula de “salvação do planeta”, é preciso analisar não apenas o universo ideológico contido em cada palavra separadamente mas, também, o momento histórico em que elas aparecem juntas. A palavra desenvolvimento consta, em diversos dicionários, como sinônimo de progresso, cujo emprego tem sido igualmente polêmico já que, subjacente a essas palavras, há em princípio, um contexto positivo, no sentido de favorável. Mas se a idéia de desenvolvimento é em princípio relacionada a algo favorável, como explicar as frequentes aparições dessa palavra com conotações desfavoráveis? Exemplos notórios são “modelos de desenvolvimento predatórios”, “desenvolvimento desordenado”, etc.

Na verdade, no que tange sobretudo o universo econômico, a palavra desenvolvimento aparece no lugar do que deveria ser a palavra crescimento. “Crescimento”, ao contrário de desenvolvimento, não se insere necessariamente num contexto favorável pois significa sobretudo “aumento”. Sua conotação é pois quantitativa. Assim, crescimento econômico e desenvolvimento econômico, deveriam significar coisas bem diferentes. A primeira deveria se referir tão somente a “incremento”, enquanto que a segunda envolveria, além de incremento, os aspectos éticos desse incremento. Mas é precisamente aí que começa o *imbroglio*: usar da ética para questionar o “inquestionável”, ou seja, os fundamentos “lógicos” da nossa civilização.

É que, tanto progresso quanto desenvolvimento, em termos sociais, encontram-se associados a um determinado padrão de civilização, que é o europeu. Esse fato, por si só, é fonte de problemas, uma vez que o parâmetro de civilidade em questão traz em seu seio uma visão de mundo e um estilo de vida que foram exatamente os detonadores da atual crise ambiental. A nossa sociedade, especificamente, tem com a técnica uma relação jamais colocada em toda a história

humana. Essa relação tornou hegemônica uma certa visão de mundo que toma o avanço tecnológico como um importantíssimo parâmetro de progresso e desenvolvimento de diferentes nações. O ideal iluminista que surge a partir do século XVIII, privilegiou a leitura da razão instrumental em detrimento da razão emancipatória. A ciência e a tecnologia passaram a ser então a base e o parâmetro de progresso. Temos a partir daí “leis naturais objetivas”, que existem independentemente das paixões e pré-noções humanas e a natureza passa então a ser tratada objetivamente. Nesse rompimento de Logos e Eros, os aspectos éticos se deslocaram para um segundo plano e a **racionalidade tecnológica se tornou racionalidade política**. Os teóricos-críticos da *Escola de Frankfurt* já assinalavam essa relação dialética entre o homem e a natureza: a história da sujeição da natureza pelo homem é a história da sujeição do homem pelo homem.

Nesse sentido, é lícito questionar se desenvolver não teria sido, na maioria dos exemplos históricos (des) envolver, isto é, romper o envolvimento de determinados povos com sua cultura no sentido mais amplo – fragilizar e “pasteurizar” tanto a diversidade biológica quanto cultural... (Des) envolver, neste sentido, encontra também uma convergência filosófica surpreendente com a tese marcusiana do pensamento unidimensional (veja MARCUSE, 1982).

E quanto à palavra sustentável? Sustentar é “segurar por baixo, suportar, manter, amparar, impedir que alguma coisa caia, conservar a mesma posição, alimentar física ou moralmente”, etc. Na expressão “desenvolvimento sustentável”, a palavra sustentável costuma adquirir contudo um sentido mais específico. Dentro dessa suposta nova ética ambiental, ela tem origem, na Ecologia (ciência natural) e se refere, de maneira geral, à natureza homeostática dos ecossistemas naturais, à sua auto perpetuação. Sustentável, nesse contexto, engloba ainda outros conceitos como o de “capacidade de suporte”, o qual se refere ao binômio recursos-população. O termo “capacidade de suporte”, admite duas definições³. A primeira, se refere ao “tamanho máximo estável de uma população, determinado pela quantidade de recursos disponíveis e pela demanda mínima individual”. Na segunda, define-se como o “parâmetro da equação de crescimento populacional logístico correspondente ao tamanho em que a taxa de crescimento da população é zero”. Devido a questões históricas e não científicas, a questão ambiental tem sido bastante reduzida às suas perspectivas naturais e técnicas. O tecnicismo e o naturalismo subjacentes à questão ambiental se refletem tanto no campo educacional quanto no campo político. Os conceitos de meio ambiente e de natureza deveriam traduzir sua dimensão total e não apenas suas dimensões natural

e técnica, pois entendemos que é precisamente nas dimensões sócio-histórica e política, que encontramos o verdadeiro cerne da questão ambiental. Segundo Gonçalves (1990, p. 189):

“um conceito chave para o debate em torno da questão ambiental é o de MEIO-AMBIENTE que, a rigor, não pode ser tratado nos parâmetros da tradição científica e filosófica que herdamos. A dicotomia cartesiana entre homem e natureza ainda continua a impregnar o conceito de meio-ambiente com a sua redução à dimensão naturalista, isto é, a fauna, flora, terra, ar e água ou simplesmente quando **confundimos a problemática ambiental com poluição**” (grifos da autora deste).

O esvaziamento do conteúdo político da questão ambiental tem sido uma excelente estratégia para legitimar a hegemonia do pensamento tecnocrático em nossa sociedade. Assim, “coerentemente”, o adjetivo sustentável posto no desenvolvimento, com referência à questão ambiental, tem guardado sobretudo essa dimensão técnica e naturalista, provavelmente adequada para lidar com populações animais ou vegetais, mas insuficiente para dar conta da complexidade que envolvem as relações Homem-natureza. É possível que tais conceitos sejam inclusive, o fundamento de algumas posições estritamente técnicas sobre o controle demográfico e correlações entre degradação ambiental e pobreza...

Ora, uma dupla pergunta subjacente à questão do desenvolvimento sustentável, que raramente se torna explícita, é a seguinte: *sustentar o quê, e para quem?* No nosso entender, esse é o cerne da questão pois essa pergunta nos remete ao universo dos critérios de sustentabilidade no pensamento hegemônico, no qual predominam as soluções técnicas.

Atualmente todos são “contra” o padrão de desenvolvimento vigente. Esse fato é por si só preocupante pois quando todo mundo é contra, ninguém é contra. Esse insólito consenso, quanto ao atual padrão de “desenvolvimento” foi possível através da alternativa de um chamado desenvolvimento sustentável. O grupo *Greenpeace*⁴ nos chama a atenção para a “maquiagem verde” que torna uma série de empresas (alguns exemplos são a Shell, a GM e a Dupont) e o próprio *Banco Mundial*, num passe de mágica, em verdadeiros guardiões da qualidade ambiental. Esses são apenas alguns exemplos do chamado “Ecobusiness”, uma nova forma de gerenciar os apocalipses ambientais, mantendo as mesmas estruturas que os desencadearam.

O desvelamento da expressão “desenvolvimento sustentável” é de vital importância. Isso se deve ao fato de estar esse termo inextricavelmente associado a uma suposta nova visão de mundo, que abrange os universos econômico, político e ecológico e educacional, envolvendo assim os mais importantes aspectos sociais dessa “nova ética ambiental”.

Da mesma forma como é imprescindível a colocação da pergunta *sustentar o quê e para quem*, existe a questão de *educar para quê e para quem*. Assim como o desenvolvimento antes não era sustentável e agora passou a ser, a educação não era ambiental e agora ela pode ser. É preciso chamar a atenção para essa relação pois, um outro consenso também presente no contexto atual, tanto na *ECO-92* quanto em outros foros paralelos de debate, foi a relação entre a “educação ambiental” e o “desenvolvimento sustentável”. Encontra-se, de forma explícita, em uma série de documentos recentes⁵ que, uma das principais metas da “educação ambiental”, é promover o desenvolvimento para uma sociedade sustentável. Mas para que possamos apreender a sintética expressão “desenvolvimento sustentável” de forma crítica, é preciso reinterpretá-la nos termos da sociedade que queremos. **Desenvolvimento sustentável**, nesse sentido, deve ser aquele que invoca uma nova ética onde se faz necessária uma redefinição do que seja o “bem-estar”, material e espiritual, **em função da maioria da população**, revertendo concomitantemente o presente estado de degradação da vida. Nessa nova ética, os conceitos hegemônicos de meio ambiente, ciência, tecnologia e educação (englobando todas as vias de formação do conhecimento e de visões de mundo) devem passar por uma profunda revisão epistemológica pois se encontram, no quadro atual, inextricavelmente associados às causas dessa degradação da vida, já que são os alicerces do sistema produtivo dominante. É preciso pois, nos apropriarmos politicamente da expressão “desenvolvimento sustentável”. A nossa omissão poderá fazer com que ela se transforme em um mero eufemismo capaz de ocultar sob uma “maquiagem verde”, as mesmas velhas estruturas que vem causando a degradação da vida sobretudo em nosso século.

Notas

- 1 Sinteticamente, meio ambiente é o resultado das interações da sociedade com a natureza.
- 2 Na mitologia grega, um monstro com cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de dragão. Em Genética, um organismo formado por tecidos de constituição genética diferente.

- 3 Segundo a 1ª edição do *Glossário de Ecologia*, publicação nº 57 da *Academia de Ciências do Estado de São Paulo* (ACIESP), 1987, pg 25.
- 4 Os documentos citados, de publicação do *Greenpeace International* são : “The Greenpeace Book of Greenwash”, cujo autor é Kenny Bruno; e “The World Bank’s Greenwash: Touting Environmentalism While Trashing The Planet”, cujo autor é Cameron Duncan. Este último *paper*, publicado em abril de 1992, faz parte dos relatórios preparados para a UNCED (sigla inglesa oficial da *ECO-92*).
- 5 Podemos citar dois exemplos: a “Estratégia Internacional para Ação no Campo de Treinamento e Educação Ambientais para a década de 1990”, de publicação do PNUMA/Unesco e o “Tratado de Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, da “Jornada Internacional de Educação Ambiental” – *Forum Global-ECO-92*.

Referências Bibliográficas

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989, 148 pp.
- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial – O Homem Unidimensional*. 6ª ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 238 pp.